



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE GARÇA

Conforme Lei Municipal nº 4.931, de 02 de julho de 2014

Quarta-feira, 05 de abril de 2023

Ano X | Edição nº 2093

Página 2 de 3

PODER EXECUTIVO

Atos de Pessoal

Convocações

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2021

Ficam convocados os candidatos abaixo aprovados no Concurso Público, para exercerem o cargo abaixo descrito, a comparecerem ao Departamento de Recursos Humanos desta Prefeitura Municipal de Garça, à Av. Rafael Paes de Barros nº 129, Centro, no horário das 08:00 às 11:00 e das 13:00 às 16:00 horas. O não atendimento a presente convocação acarretará a desistência do candidato. Em caso de não interesse, favor comparecer ao DRH para assinar Termo de Desistência.

SERVIÇOS GERAIS - FEMININO

Nº CLASS.	Nº INSCR.	NOME DO CANDIDATO	RG. Nº.
038ª	509780	SILVIA MARIA F DE SOUZA	37.529.521-5

Garça-Sp, 04/04/2023

Marcos Roberto dos Santos

Diretor do Depto. de Recursos Humanos

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO Nº 004/2022

Fica convocado o candidato abaixo classificado no referido Processo Seletivo, a comparecer ao Departamento de Recursos Humanos desta Prefeitura Municipal de Garça, à Av. Rafael Paes de Barros nº 129, Centro, no horário 08:00 às 11:00 horas e das 13:00 às 16:00 horas. O não atendimento a presente convocação acarretará a desistência do classificado.

TÉCNICO DE FUNCIONAL

CLASSIF.	Nº INSCR.	NOME DO CANDIDATO	RG. Nº.
002ª	007	GUILHERME MARTINS PEREIRA	43.265.162-7

Garça-Sp, 04/04/2023

Marcos Roberto dos Santos

Diretor do Depto. de Recursos Humanos

Licitações e Contratos

Aviso de Licitação

PREFEITURA MUNICIPAL DE GARÇA AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÕES PREGÃO PRESENCIAL Nº 037/2023

Objeto: Registro de Preços objetivando a contratação de empresa para consertos de pneus, reparos, alinhamentos e balanceamentos, pelo período de 12 meses. Credenciamento e entrega dos envelopes até às 14h00 do dia 20/04/2023. Edital completo no site: www.garca.sp.gov.br - Informações pelo fone (14) 3407.6606 e pelo e-mail: licitacoes@garca.sp.gov.br - Data:

30/03/2023 – João Carlos dos Santos – Prefeito Municipal.

Vigilância Sanitária

Despachos

DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE

Despacho da Diretora do Departamento de Vigilância em Saúde de 04/04/2023:

Processo nº. 10437/22 – Leontina da Silva

Assunto: Auto de Imposição de Penalidade de Multa n.º 1926 série AA

Despacho da Diretora do Departamento de Vigilância em Saúde de 04/04/2023:

Processo nº. 13858/22 – Antonio Marcos Teixeira Fernandes

Assunto: Notificação para Recolhimento de Multa n.º 401 série AA

Despacho da Diretora do Departamento de Vigilância em Saúde de 04/04/2023:

Processo nº. 13649/22 – Daniel Monteiro

Assunto: Notificação para Recolhimento de Multa n.º 402 série AA

Despacho da Diretora do Departamento de Vigilância em Saúde de 04/04/2023:

Processo nº. 9875/22 – Maria Batista Martins

Assunto: Notificação para Recolhimento de Multa n.º 403 série AA

DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE

Despacho da Diretora do Departamento de Vigilância em Saúde de 04/04/2023:

Processo nº. 1054/23 – Nelson Vieira da Silva

Assunto: Notificação para Recolhimento de Multa n.º 400 série AA

DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE

Despacho da Diretora do Departamento de Vigilância em Saúde de 04/04/2023:

Processo nº. 4243/23 – José dos Santos

Assunto: Auto de Infração n.º 2737 série AA-AIF

PODER LEGISLATIVO

Atos Legislativos

Considerado objeto de deliberação

JUSTIFICATIVA

Senhores(as) Vereadores(as);

Apresentamos à elevada deliberação de Vossas Excelências o incluso Projeto de Lei, por meio do qual



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE GARÇA

Conforme Lei Municipal nº 4.931, de 02 de julho de 2014

Quarta-feira, 05 de abril de 2023

Ano X | Edição nº 2093

Página 3 de 3

busca-se melhor dispor acerca das alterações no cadastro fiscal imobiliário dos dados do titular dos imóveis.

De tal modo, as alterações no cadastro imobiliário poderão ser requeridas nas hipóteses em que o titular do imóvel apresentar um dos seguintes documentos:

I - certidão da matrícula do imóvel, expedida a menos de 30 (trinta) dias, ainda que obtida através do Sistema de Registro Eletrônico de Imóveis (SREI);

II - escritura pública da transação imobiliária, de cujo negócio resulte na transferência da propriedade, do domínio útil ou da posse do bem;

III - instrumento particular que, por lei, tenha força de escritura pública, desde que averbado ou registrado na matrícula do imóvel;

IV - compromisso particular com firmas reconhecidas em tabelionato de notas, nos casos de compra e venda, cessão de direitos ou permuta, desde que permita a compreensão da cadeia de transmissão do imóvel;

V - formal de partilha em processo judicial de inventário;

VI - escritura pública de inventário;

VII - decisão judicial autorizando a transferência de titularidade do imóvel;

VIII - escritura pública de ata notarial para fins de justificação de posse do imóvel.

Por outro lado, a Fazenda Municipal poderá inscrever como titulares dos imóveis o proprietário, o titular de domínio útil e/ou o possuidor, a qualquer título, que exteriorize os atos inerentes ao domínio do bem.

Pelo exposto, tratando-se de matéria de interesse dos contribuintes e da Fazenda Municipal, solicitamos especial atenção dos nobres Vereadores para aprovação do Projeto de Lei ora apresentado.

Garça/SP, assinado e datado eletronicamente.

ELAINE OLIVEIRA
Vereadora - PSD

PROJETO DE LEI Nº 29/2023

(de autoria da Vereadora Elaine Oliveira)

ALTERA A LEI MUNICIPAL Nº 3.220, DE 23 DE DEZEMBRO DE 1997, NO TOCANTE À ALTERAÇÃO DOS DADOS DOS TITULARES DO IMÓVEIS NO CADASTRO IMOBILIÁRIO FISCAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito do Município de Garça, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1º O art. 182 da Lei nº 3.220, de 23 de dezembro de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 182. [...]

...

§ 1º Para fins de alteração no cadastro imobiliário dos dados do titular do imóvel, serão aceitos um dos seguintes documentos:

I - certidão da matrícula do imóvel, expedida a menos de 30 (trinta) dias, ainda que obtida através de visualização do Sistema de Registro Eletrônico de Imóveis (SREI);

II - escritura pública da transação imobiliária, de cujo negócio resulte na transferência da propriedade, do domínio útil ou da posse do bem;

III - instrumento particular que, por lei, tenha força de escritura pública, desde que averbado ou registrado na matrícula do imóvel;

IV - compromisso particular com firmas reconhecidas em tabelionato de notas, nos casos de compra e venda, cessão de direitos ou permuta, desde que permita a compreensão da cadeia de transmissão do imóvel;

V - formal de partilha em processo judicial de inventário;

VI - escritura pública de inventário;

VII - decisão judicial autorizando a transferência de titularidade do imóvel;

VIII - escritura pública de ata notarial para fins de justificação de posse do imóvel.

§ 2º Serão inscritos como titulares dos imóveis o proprietário, o titular de domínio útil e/ou o possuidor, a qualquer título, que exteriorize, nos termos do parágrafo anterior, os atos inerentes ao domínio do bem.”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

S. Sessões, assinado e datado eletronicamente.

ELAINE OLIVEIRA
Vereadora - PSD